



## RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO POSTO AVANÇADO DA JUSTIÇA DO TRABALHO DE PANAMBI

Aos 18 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi o Excelentíssimo Senhor **MARÇAL HENRI DOS SANTOS FIGUEIREDO**, Desembargador Vice-Corregedor do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, acompanhado das servidoras Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001892-49.2016.5.04.0000. O Desembargador Vice-Corregedor e a sua equipe foram recebidos pelo Juiz Substituto Fernando Reichenbach, pelo Assistente-Chefe do Posto Mario Alcides Paixão Pereira e pelos servidores à disposição dessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a esta Vice-Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

### 1 INFORMAÇÕES GERAIS

**Data da instalação do Posto Avançado:** 24.07.2009

**Data da última correição realizada:** 20.05.2015

**Data da Implantação do PJe:** 09.04.2015

**Jurisdição:** Condor; Panambi; Pejuçara; Saldanha Marinho; Santa Bárbara do Sul

**1.1 Período Correcionado:** de 1º.01.2015 a 18.05.2016

### 2 ESTRUTURA FUNCIONAL

#### 2.1 JUÍZES

##### 2.1.1 Juizes Atuais

Juiz (a)	Situação	Período
Bárbara Schönhofen Garcia	Juíza Titular	Desde 07.12.2015

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.05.2016)

##### 2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi pertence à 69ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região. Essa circunscrição compreende 02 vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juizes Substitutos Fernando Reichenbach e Felipe Jakobson Lerrer.



### 2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	<b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	10.10.2014 a 02.11.2015	Juiz Titular	1 ano e 23 dias
		03.11 a 08.11.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	6 dias
2	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b>	Desde 07.12.2015	Juíza Titular	5 meses e 12 dias
3	<b>Bárbara Fagundes</b> (Juíza do Trabalho Substituta)	02.03 a 29.03.2015	Atuou em razão de férias do Juiz Titular	28 dias
4	<b>Felipe Jakobson Lerrer</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	15.06 a 14.07.2015	Atuou em razão de regime de Juiz Auxiliar	1 mês
		16.07 a 16.08.2015	Atuou em razão de Férias do Juiz Titular	32 dias
		09.11 a 18.11.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	10 dias
5	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b> (Juíza do Trabalho Substituta)	19.11 a 22.11.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	4 dias
		23.11 a 06.12.2015	Atuou em razão da Vara se encontrar sem Juiz Titular	14 dias
6	<b>Fernando Reichenbach</b> (Juiz do Trabalho Substituto)	14.04 a 17.04.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	4 dias
		18.04 a 15.05.2016	Atuou em razão de Férias da Juíza Titular	28 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.05.2016)

### 2.1.4 Afastamentos dos Juízes Titulares Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Titular	<b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	Férias	02.03 a 29.03.2015	28 dias
		Férias	16.07 a 16.08.2015	32 dias
Titular	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b>	Férias	14.04 a 15.05.2015	30 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 12.05.2016)



## 2.2 SERVIDORES

### 2.2.1 Servidores Lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta no Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado.

Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relatados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária, foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Desta forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Vara que estarão à disposição da unidade vinculada.

No entanto, caso os Postos Avançados contem com Analistas Judiciários – Área Judiciária – Especialidade Oficial de Justiça Avaliador Federal, tais servidores permanecerão lotados na Vara Única ou na Central de Mandados, conforme o caso.

Apresenta-se na tabela a seguir a lista de pessoal lotado na Vara Trabalhista de Palmeira das Missões e colocado à disposição do Posto Avançado de Panambi.

Servidor (a)	Cargo	Função	Lotação
1 Mario Alcides Paixao Pereira	Analista Judiciário- Área Judiciária	<b>Assistente Chefe de Posto (FC05)</b>	VT de Palmeira das Missões
2 Fabian Leomar Nunes de Andrade	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	VT de Palmeira das Missões
3 João Roberto dos Santos	Técnico Judiciário – Área Administrativa	<b>Assistente FC02</b>	VT de Palmeira das Missões
4 Alice Pedrolo Giroto	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	VT de Palmeira das Missões
- Gerion Dahlke	Técnico Judiciário – Segurança	-	VT de Palmeira das Missões

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 04.05.2016)



## 2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

A padronização da Estrutura de Pessoal encontra-se informada na ata de correição da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.

## 2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Os afastamentos dos servidores à disposição do Posto Avançado de Panambi podem ser consultados na ata de correição da Vara do Trabalho Palmeira das Missões, conforme lotação informada na tabela do item 2.2.1.

## 2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correcionado

No Posto Avançado da Justiça do Trabalho inspecionado não houve adesão à greve pelos servidores da unidade, conforme informado pelo Assistente-Chefe do Posto.

## 2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correcionado

A movimentação de servidores encontra-se disponível para consulta na ata de correição da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.

## 2.2.6 Estagiários

	Estagiário (a)	Curso em Andamento	Período
1	Daniela Bender	Direito	13.10.2015 a 12.10.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 06.05.2016)

## 2.3 CAPACITAÇÃO

### 2.3.1 Capacitação dos Juízes Titulares e dos Juízes Substitutos Lotados durante o Período Correcionado

	Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Titular	<b>Luís Henrique Bisso Tatsch</b>	-	-	59,5	59,5
Titular	<b>Bárbara Schönhofen Garcia</b>	-	12	51	63
Substituto Zoneado	<b>Felipe Jakobson Lerrer</b>	-	-	75	75
Substituto Zoneado	<b>Fernando Reichenbach</b>	-	-	21,5	21,5

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.05.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).



### 2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correcionado

A capacitação dos servidores encontra-se informada na respectiva ata de correição da Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.

## 3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

### 3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em que pese se tratar de Posto Avançado cujos processos estão vinculados à Vara do Trabalho de Palmeira das Missões, para fins de análise de desempenho, a Unidade foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 501 a 750 processos por ano. Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 501 a 750 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alegrete - 01a Vara	474	537	583	531,33
Lagoa Vermelha - 01a Vara	476	620	559	551,67
<b>Panambi - Posto Avançado</b>	<b>406</b>	<b>364</b>	<b>758</b>	<b>509,33</b>
São Gabriel - 01a Vara	622	671	401	564,67
Três Passos - 01a Vara	685	732	721	712,67
Unidades com 501 a 750 processos por ano	2.663	2.924	3.022	573,93

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

### 3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	507	617	21,70%	722	17,02%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	52	22	-57,69%	13	-40,91%



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

Pendentes de finalização na fase de execução***	380	406	6,84%	417	2,71%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	54	35	-35,19%	40	14,29%
Total	<b>993</b>	<b>1.080</b>	<b>8,76%</b>	<b>1.192</b>	<b>10,37%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

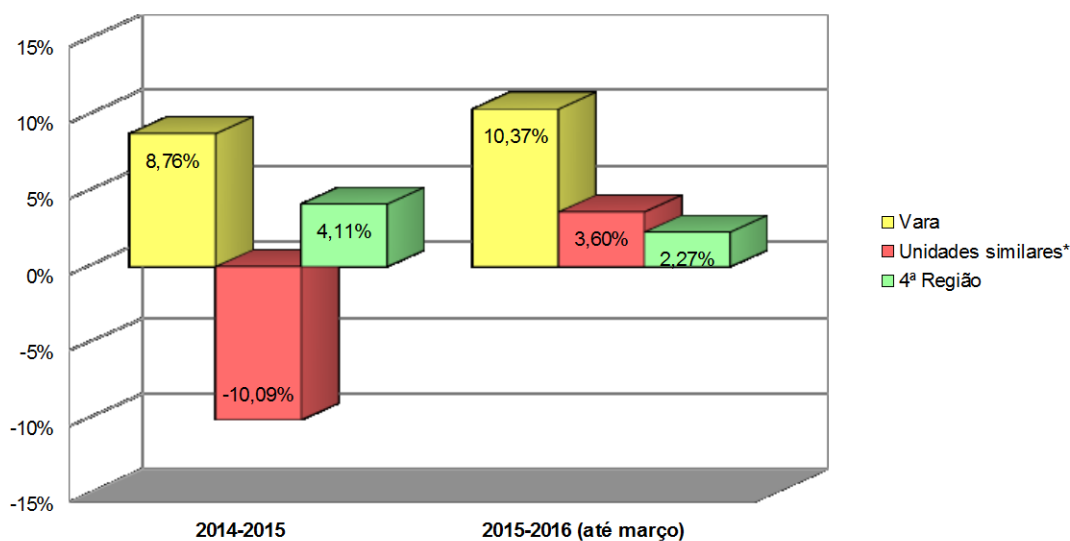
\*\* Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

\*\*\* Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 8,76% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em número de processos, o conhecimento foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 110 processos).

A variação no acervo de processos no Posto Avançado de Panambi em 2015 foi maior que a apresentada pela 4ª Região no período, quando registrada uma elevação média de 4,11% no estoque de processos em tramitação. Nos três primeiros meses de 2016, o estoque de processos tramitando na unidade correccionada aumentou 10,37%, índice também acima da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo.

Variação do acervo de processos tramitando





### 3.3 FASE DE CONHECIMENTO

#### 3.3.1 Processos Pendentes de Solução

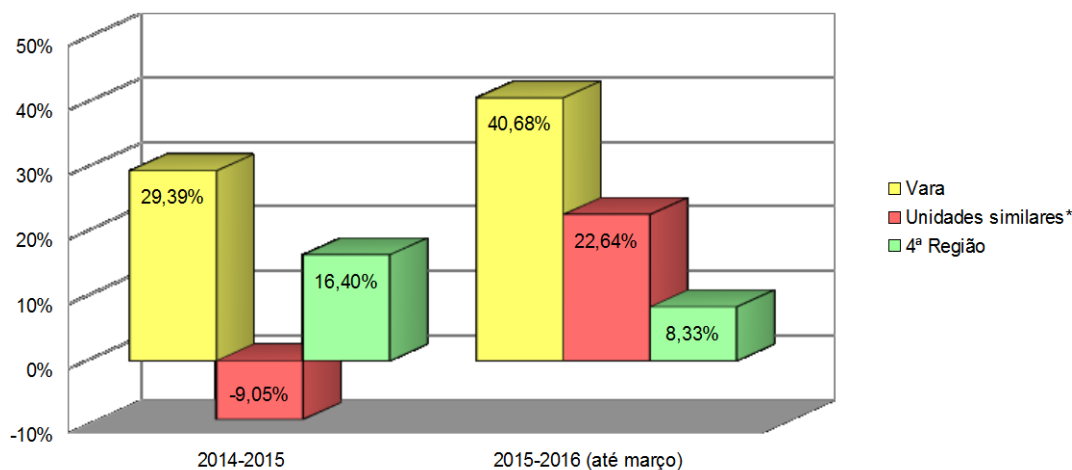
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Casos novos	364	758	108,24%	186	-75,46%
Sentença Anulada/Reformada	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)	410	494	20,49%	67	-86,44%
Processos pendentes de solução	<b>228</b>	<b>295</b>	<b>29,39%</b>	<b>415</b>	<b>40,68%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 29,39% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 228 para 295 processos) – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região em 2015, em que o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%. O principal fator que contribuiu para esse acréscimo no estoque foi um incremento de 108,24% no número de casos novos em comparação com os dados do ano de 2014.

Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015, consoante se pode observar das especificações constantes no quadro abaixo:

**Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento**



	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	29	96	231,03%	171	78,13%
Aguardando encerramento da instrução	170	182	7,06%	215	18,13%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	29	15	-48,28%	12	-20,00%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	0	2	Não aplicável	17	750,00%
<b>TOTAL</b>	<b>228</b>	<b>295</b>	<b>29,39%</b>	<b>415</b>	<b>40,68%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

### 3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos\* e em relação aos pendentes de julgamento\*\*

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Panambi - Posto Avançado	112,64%	65,17%	-42,14%	36,02%	-44,73%
Unidades similares*	92,03%	106,23%	15,43%	63,96%	-39,79%
TRT4 - 1ª Instância	85,92%	89,11%	3,72%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]

Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 65,17% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 42,14% em relação ao índice do ano anterior. O desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao das unidades de porte semelhante em cerca de 41 pontos percentuais e inferior em 23,94 pontos percentuais à média geral do TRT da 4ª Região. Tal situação decorre, basicamente, do aumento do número de casos novos em mais de 100% no período correccionado.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Panambi - Posto Avançado	63,27%	50,10%	-20,82%	13,93%	-72,20%
Unidades similares*	64,51%	68,48%	6,15%	24,68%	-63,97%
TRT4 - 1ª Instância	55,82%	55,20%	-1,10%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pelo Posto Avançado de Panambi foi de 50,10% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 20,82% inferior ao verificado no ano anterior. Tal





desempenho foi, ainda, 18,38 pontos percentuais inferior ao das unidades da mesma faixa de movimentação processual e 5,10 pontos percentuais inferior à média de toda a 4ª Região.

### 3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 (até 31.03)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	161	39,27	255	51,62	42	62,69
	Julgado procedente	10	2,44	5	1,01	0	0
	Julgado procedente em parte	134	32,68	132	26,72	7	10,45
	Julgado improcedente	64	15,61	61	12,35	3	4,48
	Extinto	0	0	1	0,2	0	0
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>369</b>	<b>90</b>	<b>454</b>	<b>91,9</b>	<b>52</b>	<b>77,61</b>
Sem exame de mérito	Extinto	12	2,93	3	0,61	0	0
	Arquivamento (art. 844 CLT)	21	5,12	28	5,67	15	22,39
	Desistência	5	1,22	7	1,42	0	0
	Outras decisões	3	0,73	2	0,4	0	0
	<b>SUBTOTAL</b>	<b>41</b>	<b>10</b>	<b>40</b>	<b>8,1</b>	<b>15</b>	<b>22,39</b>
<b>TOTAL</b>		<b>410</b>	<b>100</b>	<b>494</b>	<b>100</b>	<b>67</b>	<b>100</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, verificou-se um aumento de 84 processos solucionados na Unidade Judiciária na comparação com o resultado do ano anterior, o que representa um acréscimo de 20,49%. Esse desempenho se mostra bastante superior à média de toda a 4ª Região que, em 2015, apresentou um aumento médio de apenas 8,19% no número de processos solucionados, bem como superior à média apresentada por unidades similares, que observou variação negativa de 9,22%, conforme especificações do quadro abaixo:

Variação média processos solucionados			Variação média solucionados com resolução de mérito (sem conciliações)		
	2014-2015	2015-2016		2014-2015	2015-2016
Vara	20,49%	-86,44%	Vara	-4,33%	-94,97%
Unidades similares*	-9,22%	-83,73%	Unidades similares*	9,69%	-78,56%
4ª Região	8,19%	-77,83%	4ª Região	7,56%	-75,14%

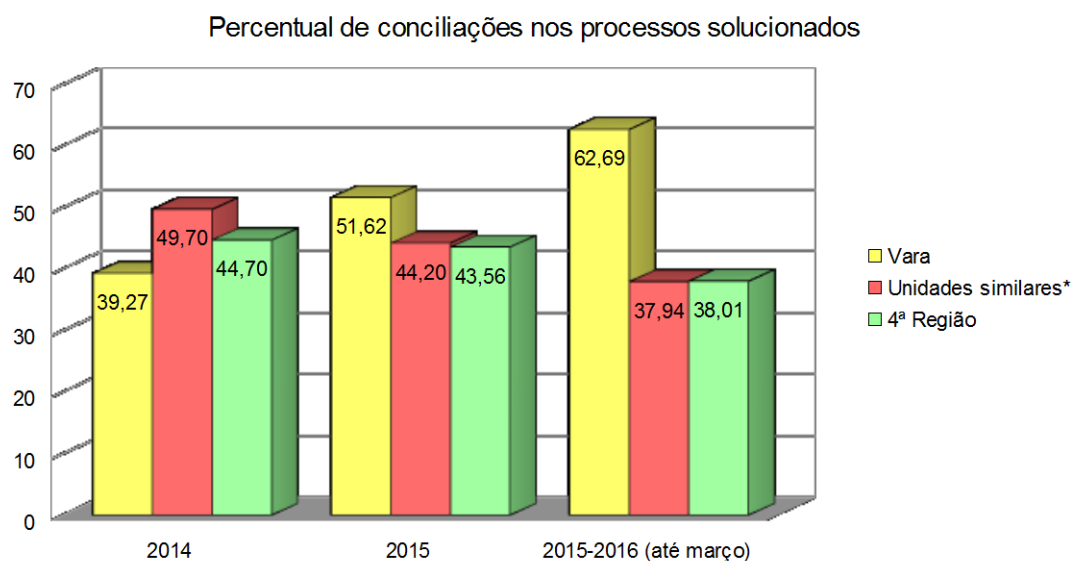
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)



Dentre os tipos de solução, verificou-se decréscimo no número de decisões com resolução de mérito na Unidade, excluídas as homologações de acordo. No ano de 2014, foram proferidas 208 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número foi de apenas 199 decisões, representando uma queda de 4,33%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi inferior ao do TRT4, o qual registrou um aumento de 7,56% no número de decisões com resolução de mérito, excluídos os acordos.

Por outro lado, os números evidenciam um aumento no percentual de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 161, representando 39,27% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações subiu para 255, correspondendo a 51,62% das soluções na fase de conhecimento – índice superior ao verificado em toda a 4ª Região, que foi de 43,56%.

Por fim, constata-se que, no corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 62,69%, resultado superior à média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:



### 3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

#### 3.4.1 Processos pendentes de liquidação

	Liquidações				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Iniciadas</b>	109	56	-48,62%	1	-98,21%
<b>Encerradas</b>	92	83	-9,78%	10	-87,95%



<b>Pendentes</b>	<b>47</b>	<b>20</b>	<b>-57,45%</b>	<b>11</b>	<b>-45,00%</b>
<b>Arquivo Provisório</b>	0	0	Não aplicável	0	Não aplicável

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação recuou de 47, em 2014, para 20, em 2015, importando em uma redução de 57,45%. Esse percentual foi superior ao índice verificado em toda a 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação subiu de 27.239 em dezembro de 2014 para 28.935 em dezembro de 2015 (aumento de 5,9%).

Um dos principais motivos para essa redução foi uma expressiva diminuição (48,62%) no número de liquidações iniciadas na Unidade em 2015.

No primeiro trimestre de 2016, os números refletem uma nova queda no estoque de processos pendentes na fase de liquidação - para 11 processos -, o que representa uma redução de 45%.

### 3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

<b>Liquidações encerradas em relação às iniciadas</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Panambi - Posto Avancado	84,40%	148,21%	75,60%	1000,00%	574,70%
Unidades similares*	78,55%	88,33%	12,45%	63,29%	-28,35%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 148,21% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se um aumento de 75,60% em relação ao índice do ano anterior. Este resultado foi superior em quase 60 pontos percentuais à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como à média geral do TRT4, refletindo um resultado bastante positivo.

<b>Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento</b>					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Panambi - Posto Avancado	65,71%	80,58%	22,63%	47,62%	-40,91%
Unidades similares*	58,74%	59,16%	0,72%	17,76%	-69,98%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]



Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pelo Posto Avançado de Panambi em 2015 foi de 80,58% do número total de liquidações a encerrar – resultado 22,63% superior ao verificado em 2014. Esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 21,42 pontos percentuais e acima da média geral do TRT4 em cerca de 26,26 pontos percentuais.

### 3.5 FASE DE EXECUÇÃO

#### 3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Entrada</b>	<b>Iniciadas</b>	112	154	37,50%	24	-84,42%
	<b>Desarquivadas para prosseguimento</b>	3	16	433,33%	0	-100,00%
<b>Saídas</b>	<b>Encerradas</b>	112	88	-21,43%	2	-97,73%
	<b>Arquivadas Provisoriamente</b>	48	39	-18,75%	6	-84,62%
<b>Pendentes</b>	<b>Exclusivamente crédito previdenciário</b>	0	0	#DIV/0!	0	#DIV/0!
	<b>Demais</b>	282	291	3,19%	296	1,72%
	<b>Total</b>	<b>282</b>	<b>291</b>	<b>3,19%</b>	<b>296</b>	<b>1,72%</b>
<b>Saldo no arquivo Provisório</b>		94	115	22,34%	120	4,35%

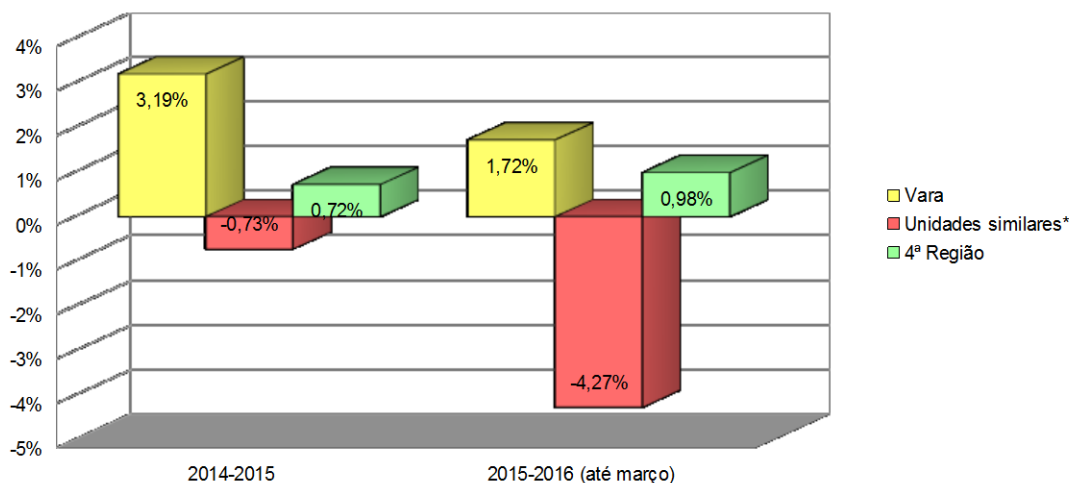
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Entre os anos de 2014 e 2015, o estoque de execuções pendentes no Posto Avançado de Panambi sofreu incremento de 9 processos, elevação de 3,19%. Um aumento de 37,5% no número de execuções iniciadas, associado a uma queda no número de execuções encerradas foram os principais fatores que contribuíram para esse resultado.

Por sua vez, os dados colhidos até 31.03.2016 apontam uma pequena elevação no estoque de processos pendentes na fase de execução (1,72%), resultado acima da média regional no mesmo período, que apresentou um aumento de apenas 0,98% no número de execuções pendentes.



Varição dos processos pendentes na fase de execução



### 3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas\* e em relação ao total pendente de encerramento\*\*

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Panambi - Posto Avançado	100,00%	57,14%	-42,86%	8,33%	-85,42%
Unidades similares*	88,02%	101,03%	14,78%	102,89%	1,84%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 57,14% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma queda de 42,86% em relação ao índice do ano anterior. Constata-se que o índice da Unidade foi 43,88 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, bem como 22,89 pontos percentuais abaixo da média geral do TRT da 4ª Região.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Panambi - Posto Avançado	23,19%	16,60%	-28,40%	0,47%	-97,20%
Unidades similares*	14,30%	29,38%	105,47%	5,45%	-81,46%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

\*\* Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]



Quando considerado o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela Posto Avançado de Panambi em 2015 foi de 16,60% do número total de execuções a encerrar – resultado 28,40% menor que o verificado no ano anterior. Esse resultado foi 12,77 pontos percentuais inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, mas 1,22 pontos percentuais acima da média geral do TRT da 4ª Região.

### 3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	10	7	-30,00%	0	-100,00%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	15	11	-26,67%	0	-100,00%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	138	133	-3,62%	133	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pelo Posto Avançado de Panambi, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.06.2014 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 10.04.2016. Dessa consulta, **não resultaram processos** com execução encerrada definitivamente e com devedores ainda inscritos no BNDT.

Sinala-se, contudo, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de inclusão e exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

### 3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

#### Incidentes processuais



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

	2014			2015			2016 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes	Rece- bidos	Julgados	Pen- dentes
<b>Embargos de declaração</b>	56	50	6	32	35	4	4	7	0
<b>Antecipações de tutela</b>	18	12	1	19	18	13	9	8	13
<b>Impugnações à sentença de liquidação</b>	1	2	0	3	8	3	1	3	1
<b>Embargos à execução</b>	35	27	16	39	40	14	3	4	13
<b>Embargos à arrematação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Embargos à adjudicação</b>	0	0	0	0	0	0	0	0	0
<b>Exceções de pré-executividade</b>	0	0	0	3	0	1	0	0	1
<b>Total</b>	<b>110</b>	<b>91</b>	<b>23</b>	<b>96</b>	<b>101</b>	<b>35</b>	<b>17</b>	<b>22</b>	<b>28</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 96 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma queda de 12,73% em relação ao ano anterior. Observa-se que o número de incidentes processuais julgados apresentou aumento de 10,99% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 91 para 101 processos. Apesar desse aumento, houve elevação no número total de incidentes processuais pendentes de decisão: de 23 em 31.12.2014 para 35 em 31.12.2015. Destaca-se, por fim, que em 31.03.2016 o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão era de 28 processos, saldo 20% inferior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução e as antecipações de tutela eram as espécies que correspondiam à maior parte dos incidentes processuais pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses e não estão adequadamente solucionados no sistema por motivos variados: seja pela inexistência de conclusão ao juiz para decisão, seja pela falta de lançamento do registro da decisão para a baixa da pendência do incidente no sistema informatizado, seja pela escolha equivocada de andamentos no sistema para fazer a conclusão e a solução dos incidentes, como no exemplo que segue:

Processo nº 0010060-37.2014.5.04.0541

Em 31/08/2015 foi apresentada Exceção de Pré-Executividade pela reclamada, a qual foi rejeitada em 17/09/2015, por incabíveis, por meio do andamento “decisão/despacho”. Assim, sem que tenha sido dada a solução específica, qual seja, “Decisão em Incidente Processual”,



permanece a pendência junto ao sistema e-Gestão.

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 02.03.2016)

Importante ressaltar, portanto, a existência de distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais podem decorrer de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## **4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO**

### **4.1 FASE DE CONHECIMENTO**

<b>Prazos médios (em dias)</b>						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
<b>Do ajuizamento da ação à prolação da sentença</b>	<b>Sumaríssimo</b>	73,95	78,39	6,00%	68,71	-12,35%
	<b>Ordinário</b>	309,09	212,16	-31,36%	211,58	-0,27%
	<b>Total</b>	<b>296,41</b>	<b>202,37</b>	<b>-31,73%</b>	<b>196,65</b>	<b>-2,83%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença no Posto Avançado de Panambi apresentou uma redução de 31,73%, passando de 296,41 para 202,37 dias. No rito sumaríssimo, entretanto, o prazo médio registrou aumento de 6% em relação à média do ano anterior, passando de 73,95 para 78,39 dias. O rito ordinário registrou um prazo médio de 212,16 dias, prazo este 31,36% inferior na comparação com aquele apresentado no ano de 2014, que havia totalizado 309,09 dias.

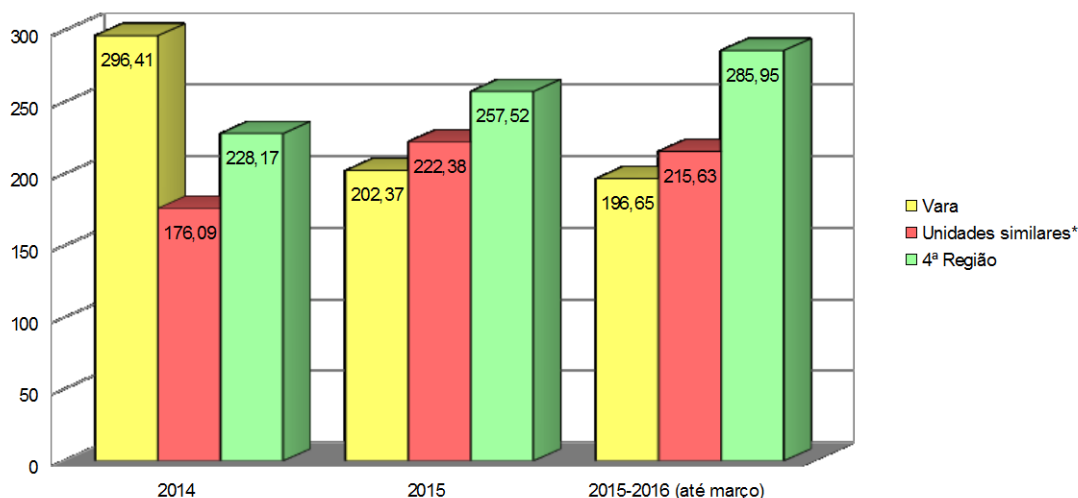
Por sua vez, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 9% inferior (20,01 dias) à média do prazo identificado nas unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 21,42% inferior (55,15 dias) à média do prazo em todas as Unidades de 1ª instância do TRT4.

Outrossim, os dados dos três primeiros meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi de 196,65 dias, resultado este 8,8% inferior (18,98 dias) em relação ao prazo médio constatado nas demais Unidades Similares e 31,23% inferior (89,3 dias) ao prazo médio verificado nas Unidades que integram a 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:





Prazo médio total - fase de conhecimento



## 4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da liquidação	Sumaríssimo	114,45	95,4	-16,65%	117	22,64%
	Ordinário	130,58	160,69	23,06%	157,67	-1,88%
	Total	128,49	156,71	21,96%	153,6	-1,98%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

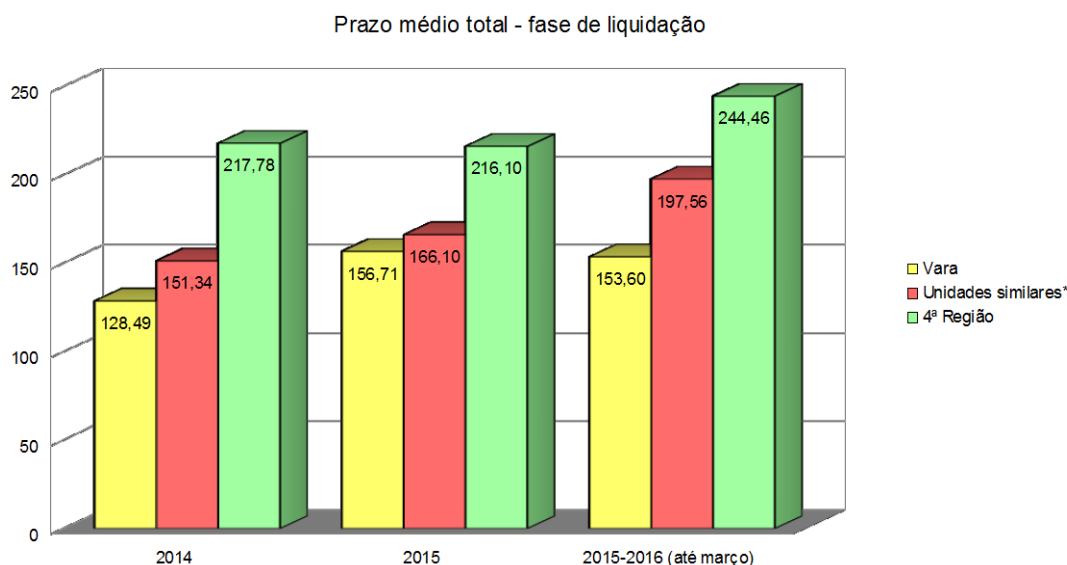
No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 95,4 dias, apresentando uma redução de 16,65% em relação à média de prazo do ano anterior. Em contrapartida, no rito ordinário o prazo médio alcançou 160,69 dias, prazo este 23,06% superior em comparação ao verificado em 2014. Os dados do ano de 2016, colhidos até o mês de março, apontam uma tendência de redução do prazo médio total entre o início e o encerramento da liquidação.

Constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 9,39 dias menor do que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual e 59,39 dias menor que a média dos prazos observados pelas Unidades de 1ª instância de toda a 4ª Região.

Outrossim, os dados do primeiro trimestre de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 22,25% inferior (43,96 dias) ao prazo médio nas demais Unidades Similares e 37,17% inferior (90,86 dias) ao prazo médio verificado na demais Unidades integrantes da 4ª Região, conforme



apontado no gráfico abaixo.



### 4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Do início ao encerramento da execução	Ente privado	515,00	473,22	-8,11%	134,00	-71,68%
	Ente público	300,20	276,71	-7,82%	...	Não aplicável
	<b>Total</b>	<b>504,57</b>	<b>456,84</b>	<b>-9,46%</b>	<b>134,00</b>	<b>-70,67%</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

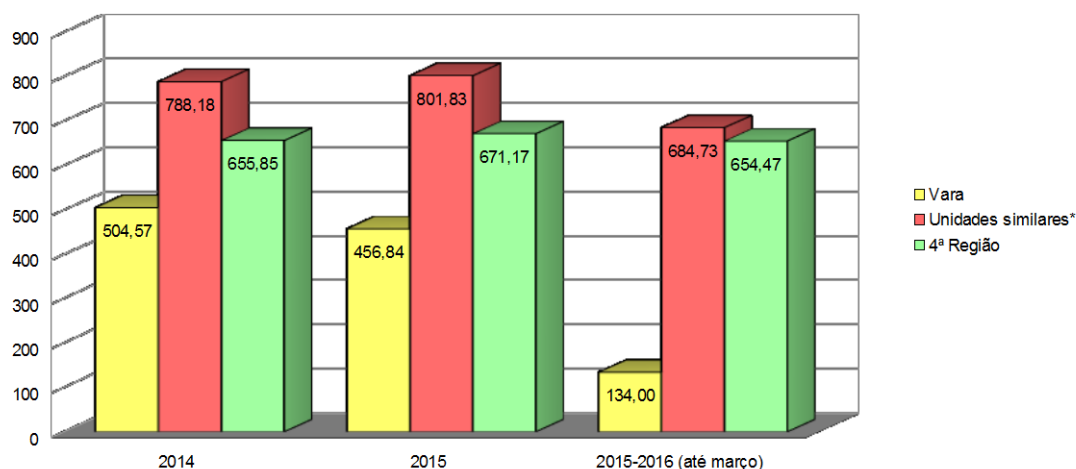
O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, recuou de 515 dias, em 2014, para 473,22 dias, em 2015. Em 2016 (até 31.03), a média apresentou nova redução para 134 dias, prazo este 71,68% menor que o do período anterior, indicando tendência de diminuição de prazo para o período futuro.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução caiu de 300,20 dias, em 2014, para 276,71 dias, em 2015. No primeiro trimestre de 2016, o levantamento não apresenta as informações necessárias para aferição do prazo médio neste quesito.

Por fim, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução no Posto Avançado de Panambi foi, em 2015, 43,03% inferior (344,99 dias) à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e 31,93% menor (214,33 dias) que a média de toda a 4ª Região.



Prazo médio total - fase de execução



## 5 METAS

### 5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

**5.1.1 Meta 1:** “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
758	494	65,17%	Meta não cumprida

**5.1.2 Meta 2:** “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
282	277	98,23%	Meta já cumprida

**5.1.3 Meta 5:** “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
151	143	94,70%	Meta não cumprida

\* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pendente apenas pagamento de custas processuais.



**5.1.4 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
8	8	100,00%	Meta cumprida

**5.1.5 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.03.2016	Valor a ser alcançado	Resultado	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida	
2º Estado do Rio Grande do Sul	6	1	5	Meta cumprida	
3º Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	4	0	3	Meta cumprida	
4º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	2	8	1	Meta não cumprida	
5º União	0	13	0	Meta não cumprida	
6º OI S.A.	0	1	0	Meta não cumprida	
7º Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	2	0	1	Meta cumprida	
8º Caixa Econômica Federal - CEF	0	2	0	Meta não cumprida	
9º Banco do Brasil S.A.	3	0	2	Meta cumprida	
10º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida	

**5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:**

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

**META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015  
PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO**



Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	296,41	202,37	<b>293,45</b>	<b>Meta cumprida</b>

**b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.**

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
<b>Total de acordos</b>	134	161	147,5	255	<b>149</b>	<b>Meta cumprida</b>

## 5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

**5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.**

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.03.2016	Solucionados até 31.03.2016	%	Resultado parcial (até 31.03)
186	67	<b>36,02%</b>	<b>Meta não cumprida</b>

**5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.**

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31.03.2016	%	Resultado
225	212	<b>94,22%</b>	<b>Meta já cumprida</b>

**5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.**

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31.03)	Meta para 2016	Resultado parcial
<b>Total de acordos</b>	134	161	147,5	42	<b>151</b>	<b>Meta cumprida</b>
<b>Média mensal de acordos</b>	11,17	13,42	12,29	14,00	<b>12,58</b>	



**5.2.4 Meta 5:** “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31.03)	Grau de Cumprimento	Resultado
24	2	8,33%	Meta não cumprida

Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

**5.2.5 Meta 6:** “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
1	Meta ainda não cumprida

**5.2.6 Meta 7:** “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
	Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31.03.2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31.03)
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	União	13	11	12	Meta cumprida
3º	Estado do Rio Grande do Sul	1	1	0	Meta não cumprida
4º	Caixa Econômica Federal - CEF	2	1	1	Meta cumprida
5º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	8	10	7	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	1	2	0	Meta não cumprida
7º	Banco do Estado do Rio Grande do Sul	1	3	0	Meta não cumprida
8º	Claro S.A.	0	0	0	Meta cumprida
9º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida



10º	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	1	1	0	Meta não cumprida
-----	---	---	---	---	-------------------

## 6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

### 6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente às quartas e quintas-feiras pela tarde. A pauta inicia às 13h30min, com 06 iniciais marcadas em sequência. Às 14h o horário é reservado para 01 processo do rito sumaríssimo e às 14h30min iniciam os prosseguimentos. Quando necessário, a Juíza Titular faz uma pauta extra só de iniciais, na qual são incluídos, em média, 15 processos. A composição média das sessões é especificada no quadro abaixo:

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	-	-
Tarde	-	-	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	-

(Fonte: Informação do Assistente-Chefe do Posto em 18.05.2016)

Legenda:

- I – Audiências iniciais de rito ordinário
- U – Audiências unas de rito sumaríssimo
- P – Audiências de prosseguimento

### 6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada	Próxima Data Livre
Inicial	27.07.2016	28.07.2016
Una Sumaríssimo	29.06.2016	06.07.2016
Instrução	01.02.2017	01.02.2017

(Fonte: Informação do Assistente-Chefe do Posto em 18.05.2016)

### 6.3 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS INICIAIS

Prazos médios (em dias) – Audiência inicial						
		2014	2015	Varição 2014-2015	2016 (até 31.03)	Varição 2015-2016
Do ajuizamento	Sumaríssimo	38,24	31,9	-16,58%	65,75	106,11%



da ação até a realização da 1ª Audiência	Ordinário	50,86	43,39	-14,69%	80,14	84,70%
	Total	49,83	42,7	-14,31%	78,94	84,87%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi reduzido de 38,24 dias, em 2014, para 31,9 dias, em 2015 (redução de 16,58%). Outrossim, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário recuou de 50,86 dias, em 2014, para 43,39 dias, em 2015 (queda de 14,69%). O prazo médio total apresentou queda de 14,31%, caindo de 49,83 dias, em 2014, para 42,7 dias, em 2015.

Em 2016, a Unidade apresentou prazo médio total de 78,94 dias, refletindo aumento de 84,87% em relação ao prazo identificado ao final do ano anterior.

Em consulta ao livro-pauta no momento da inspeção, as pautas efetivamente disponíveis confirmam os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão.

#### 6.4 PRAZO MÉDIO DAS AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO

Prazos médios (em dias) – Audiência de instrução						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31.03)	Variação 2015-2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Sumaríssimo	48,31	17,76	-63,24%	0,14	-99,21%
	Ordinário	277,21	145,17	-47,63%	94,45	-34,94%
	Total	263,69	134,72	-48,91%	83,80	-37,80%

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo tiveram o prazo reduzido de 48,31 dias, em 2014, para 17,76 dias, em 2015 (queda de 63,24%). O mesmo ocorreu no rito ordinário, o qual registrou redução da média de 277,21 dias, em 2014, para 145,17 dias, em 2015 (variação de 47,63%). No total, houve diminuição de 48,91% no prazo médio no período.

#### 6.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	TOTAL
Bárbara Fagundes	56	27	3	2	88
Bárbara Schönhofen Garcia	50	29	2	1	82
Felipe Jakobson Lerrer	135	94	5	0	234
Luís Henrique Bisso Tatsch	260	153	21	12	446





<b>TOTAL</b>	501	303	31	15	<b>850</b>
--------------	-----	-----	----	----	------------

<b>2016 (até 31.03)</b>					
Juiz (a)	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	<b>TOTAL</b>
Bárbara Schönhofen Garcia	94	50	7	4	<b>155</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

## 6.6 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constatou-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

## 6.7 PROCESSOS SOLUCIONADOS

Juiz (a)	<b>2015</b>					
	<b>Com exame de mérito</b>				<b>Sem exame de mérito</b>	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Fagundes	15	10	0	25	1	<b>26</b>
Bárbara Schönhofen Garcia	22	22	0	44	5	<b>49</b>
Felipe Jakobson Lerrer	65	61	0	126	6	<b>132</b>
Luís Henrique Bisso Tatsch	153	104	1	258	28	<b>286</b>
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	0	1	0	1	0	<b>1</b>

Juiz (a)	<b>2016 (até 31.03)</b>					
	<b>Com exame de mérito</b>				<b>Sem exame de mérito</b>	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Bárbara Schönhofen Garcia	42	2	0	44	0	<b>44</b>
Felipe Jakobson Lerrer	0	4	0	4	0	<b>4</b>
Luís Henrique Bisso Tatsch	0	3	0	3	0	<b>3</b>

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 31.03.2016)

## 6.8 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS NA DATA DA CORREIÇÃO

Juiz(a)	Tipo de Incidente	Quantidade
---------	-------------------	------------



Juíza Titular Bárbara Schönhofen Garcia	Processos de cognição (14)	0000301-96.2015.5.04.0611 0010277-80.2014.5.04.0541 0258700-18.2007.5.04.0611 0020203-51.2015.5.04.0541 0020753-46.2015.5.04.0541 0020283-15.2015.5.04.0541 0020299-66.2015.5.04.0541 0020911-04.2015.5.04.0541 0020370-68.2015.5.04.0541 0020411-35.2015.5.04.0541 0020513-57.2015.5.04.0541 0020416-57.2015.5.04.0541 0020366-31.2015.5.04.0541 0021099-94.2015.5.04.0541
--	-------------------------------	--

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 16.05.2016. 50 dias anteriores à data da correição: 28.03.2016)

## **7 ROTINAS DE SECRETARIA**

### **7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS**

Os despachos urgentes são cumpridos no dia e os demais em até 48 horas da determinação.

As notificações relativas à Procuradoria Regional Federal são enviadas juntamente com os autos, pelo correio, uma vez por semana ou a cada 15 dias.

### **7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S**

O cumprimento de mandados, precatórios e RPV's ocorre em até 48 horas.

A quantidade de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor é ínfima na unidade.

### **7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS**

Os alvarás são expedidos diariamente.

### **7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO**

A média de petições protocoladas na unidade gira em torno de 50 ao dia, computadas as de processo físico e PJe. Todas as petições são apreciadas, no máximo, em 48 horas.

### **7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO**

No dia da correição, estava sendo certificado o prazo até 13.05.2016.

### **7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT**

A remessa de processos ao TRT é semanal.



## **7.7 CONVÊNIOS**

São utilizados todos os convênios disponíveis. Tem acesso aos convênios o Assistente-Chefe, seu substituto e o responsável pela execução na unidade.

## **7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS**

O arquivamento é feito mensalmente.

## **7.9 EXECUÇÃO REUNIDA**

A Unidade tem poucas execuções reunidas, em torno de quatro, mas que abrangem aproximadamente 50 processos.

Nos processos reunidos, **não** é dado andamento de *Extinta a Execução* (que altera a fase para Execução Encerrada). O processo fica sobrestado.

## **7.10 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT**

A inscrição no BNDT é feita após o retorno da ordem de bloqueio no BacenJud e no Renajud.

A retirada do BNDT é feita no momento em que determinada a liberação dos alvarás e devolução dos documentos às partes.

## **7.11 EXAME DOS LIVROS**

### **7.11.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias**

Da apuração realizada junto ao sistema InFOR da Unidade correccionada, não resultaram cargas processuais a advogados com prazo vencido há mais de 10 dias contados da data da inspeção correccional.

### **7.11.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias**

No levantamento realizado junto ao sistema InFOR da Unidade correccionada, não foram encontradas cargas para peritos com prazo vencido há mais de 10 dias contados da data da inspeção processual.

### **7.11.3 Mandados – Prazos Vencidos há mais de 10 dias**

Conforme consulta ao Sistema inFOR em 17.05.2016, verificou-se não haver mandados em atraso em carga com os Oficiais de Justiça.

## **8 EXAME DOS PROCESSOS**

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 10 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Vice-Corregedoria. Para a



análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.05.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **141 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.

## 8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	<b>Processo nº 1014300-28.2009.5.04.0541</b>
<b>Fase:</b> Liquidação <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 300v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls. 331 - 332) que acompanham o recurso ordinário da reclamada (Art. 101, parágrafo único, da CPCr). <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
2	<b>Processo nº 0010134-62.2012.5.04.0541</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> ausência de certidão de vencimento do prazo: ausência de certidão relativa ao vencimento do prazo em 02.03.2016 (fl. 303) para reclamada comprovar recolhimento previdenciário. (Art. 95 da CPCr) <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
3	<b>Processo nº 0010403-33.2014.5.04.0541</b>
<b>Fase:</b> Conhecimento <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> ausência de informação imprescindível no termo de carga: o número de telefone do Procurador do reclamante está incompleto no termo de carga da fl. 56. (Art. 53, III, da CPCr) <b>Movimentação Processual:</b> nada a apontar.	
4	<b>Processo nº 0010404-86.2012.5.04.0541</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> ausência ou atraso na solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória para penhora (fl. 372-373) distribuída em 02.07.2015 ao Juízo deprecado. Após a distribuição, não houve solicitação de informações quanto ao cumprimento. A devolução ocorreu por iniciativa do Juízo deprecado em 19.02.2016 (fl. 382). (Art. 86, parágrafo único, da CPCr) <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e prática de ato subsequente: vencimento do prazo para reclamada apresentar cálculos de liquidação em 21.10.2014, com certidão correspondente exarada em 25.11.2014 (fl. 327v).	
5	<b>Processo nº 0010068-48.2013.5.04.0541</b>
<b>Fase:</b> Execução <b>Aspectos Gerais dos Autos:</b> ausência de certidão de publicação de sentença em secretaria: sentença (fls. 228 - 230) publicada em secretaria sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 97 da CPCr) <b>Movimentação Processual:</b> demora no impulso processual – entre despacho e cumprimento correspondente: despacho proferido em 09.12.2015 (fl.313), determinando a solicitação de informações ao Juízo deprecado, com cumprimento correspondente em 12.02.2016 (fl. 314). Demora no impulso processual – processo sem movimentação há mais de 30 dias: após o envio de e-mail ao Juízo deprecado em 12.02.2016, solicitando informações ao Juízo deprecado, sem movimentação posterior.	



6

**Processo nº 0010130-25.2012.5.04.0541**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** ausência de certidão na capa dos autos relativa à alteração do polo passivo: ausência de certidão relativa à inclusão no polo passivo da sócia da 1ª reclamada (decisão da fl. 333). (Art. 75 da CPC/2015)

Ausência de solicitação de informação acerca do cumprimento de Carta Precatória: carta precatória citatória (fl. 336) expedida em 25.11.2015. Após a notificação de distribuição em 08.12.2015 (fl. 338), não houve solicitação de informações. (Art. 86, parágrafo único, da CPC/2015)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre conclusão e despacho/decisão: conclusão à Juíza realizada em 16.05.2014, com decisão proferida em 30.06.2014, determinando a citação da 2ª reclamada (fl. 307).

7

**Processo nº 0010233-95.2013.5.04.0541**

**Fase:** Execução

**Aspectos Gerais dos Autos:** Ordem de juntada não observada: carta de preposição após contestação da reclamada (fl. 81). (Art. 67 da CPC/2015)

Autos provisórios sem numeração adequada: Autos provisórios juntados às fls. 84 – 88 sem numeração lançada no canto inferior direito. (Art. 66 da CPC/2015)

**Movimentação Processual:** nada a apontar.

8

**Processo nº 0010348-82.2014.5.04.0541**

**Fase:** Conhecimento

**Aspectos Gerais dos Autos:** termo de juntada com informações incompletas: termo de juntada lançado à fl. 193v não menciona os documentos (fls. 204 - 221) que acompanham o recurso do reclamante. (Art. 101, parágrafo único, da CPC/2015)

Ausência de informação imprescindível no termo de carga: o número de telefone do Procurador da reclamada está anotado de forma incompleta no termo de carga da fl. 225. (Art. 53, III, da CPC/2015)

Despacho não cumprido: decisão proferida em 10.03.2016 (fl. 243), determinando a requisição de honorários periciais, sem o correspondente cumprimento até o momento. (Art. 152, II, do CPC de 2015)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre retorno dos autos do Tribunal e conclusão/decisão subsequente: autos recebidos em 17.12.2015 (fl. 242v), com conclusão subsequente realizada em 19.02.2015 e decisão de prosseguimento proferida em 09.03.2016 (fl. 243).

9

**Processo nº 0010193-16.2013.5.04.0541 - Sumaríssimo**

**Fase:** Conhecimento

**Aspectos Gerais dos Autos:** termo de juntada com informações incompletas: o termo de juntada lançado à fl. 77v não menciona os comprovantes de depósito recursal e custas (fls.84v - 85) que acompanham o recurso ordinário da reclamada. (Art. 101, parágrafo único, da CPC/2015)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual – entre vencimento do prazo e certidão/conclusão subsequente: vencimento do prazo recursal em 02.12.2013, com certidão e conclusão correspondentes realizadas em 14.02.2014 (fl. 89).

10

**Processo nº 0010312-74.2013.5.04.0541 – Embargos de Terceiro**

**Fase:** Conhecimento

**Aspectos Gerais dos Autos:** Andamento de suspensão processual lançado no sistema informatizado, sem a correspondente certidão exarada nos autos. (Art. 94 da CPC/2015)

**Movimentação Processual:** demora no impulso processual: processo convertido em diligência em 17.12.2013 (fl. 33) em decorrência da tentativa de conciliação observada nos autos do processo principal, sem movimentação posterior nos autos em análise. Último andamento no sistema informatizado de suspensão/sobrestamento com vencimento de prazo verificado em



19.12.2014.

\* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

## 8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias (141 processos), extraída em 13.05.2016, excetuando-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria), não se constata equívocos no lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.

## 8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Conforme informado pelo Assistente-Chefe do Posto, a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, havendo pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal.

## 8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Quando a condenação se refere à parcela indenizatória e o valor é incontroverso, o depósito recursal é liberado ao credor quando do retorno do processo do TRT. A citação se dá pelo valor remanescente.

## 8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Segundo informado pelo Assistente-Chefe, o Juiz **determina** a citação do(s) sócio(s) em caso de desconconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, por meio de decisão fundamentada, para que, no prazo de 48 horas, garanta a execução sob pena de penhora.

## 9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 09.04.2015.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativas da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam



PODER JUDICIÁRIO  
JUSTIÇA DO TRABALHO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO  
CORREGEDORIA REGIONAL

no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente na véspera da inspeção e a situação era a seguinte:

Agrupador	Quantidade de Processos
Processos com pedido de sigilo nos documentos não apreciado	3
Processos com Petições Avulsas	2
Processos com Habilitações nos autos não lidas	1
Processos sob análise de prevenção	1
Processos com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	1
Processos com petições não apreciadas	21
Mandados devolvidos pelo Oficial de Justiça	4
Processos com audiências não designadas	5
Processos aguardando encaminhamento do secretário de audiência	13

Pasta	Subpastas	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Aguardando Cumprimento de Providência	2016- mês 06 - 13 a 17	121	0020437-33.2015.5.04.0541	24.09.2015
Aguardando Audiência	Conhecimento	244	0020456-39.2015.5.04.0541	23.11.2015
Aguardando Término dos Prazos	Conhecimento	72	0020037-19.2015.5.04.0541	24.11.2015
Análise do Conhecimento	Conhecimento	4	0020386-22.2015.5.04.0541	28.04.2016
Análise do Sobrestamento	Conhecimento	2	0020511-87.2015.5.04.0541	30.09.2015
Preparar Comunicação Triagem Inicial	Conhecimento	4	0020959-60.2015.5.04.0541	10.05.2016
-	Conhecimento	9	0020454-35.2016.5.04.0541	03.05.2016
-	-	-	-	-
Análise de Liquidação Prazo Vencido	Liquidação	1	0020681-59.2015.5.04.0541	10.05.2016
-	Liquidação	-	-	-
-	-	-	-	-
Aguardando Cumprimento de Providência	-	4	0020998-57.2015.5.04.0541	22.03.2016
Aguardando término dos prazos	Execução	2	0020739-62.2015.5.04.0541	02.02.2016
Controle de Sobrestamento-Suspensão	Execução	-	-	-
Prazos Vencidos	Execução	4	0020426-04.2015.5.04.0541	11.05.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe em 17.05.2016)

Em 17.05.2017, véspera da correição, o acervo processual do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi contava com 517 processos na



fase de conhecimento, um processo na fase de liquidação, 11 processos na fase de execução e 290 processos arquivados.

Segundo o Assistente-Chefe do Posto, são protocoladas, em média, 20 petições por dia, as quais são apreciadas em até 48 horas. Informou, também, que as iniciais do PEJ são distribuídas em Palmeira das Missões e redirecionadas para o Posto de Panambi. As audiências são designadas em secretaria.

As subpastas são organizadas por data (prazos semanais). A divisão do trabalho é feita por carteira (numeração final) e distribuída entre todos os servidores.

Não foram constatadas quaisquer irregularidades em relação aos prazos e, tampouco, nos andamentos processuais.

Verificou-se, ainda, uma boa gestão dos processos que tramitam no meio eletrônico e boa organização das pastas e subpastas criadas no interior de cada tarefa, possibilitando uma boa visualização e entendimento para quem consulta os procedimentos executados nos autos que tramitam eletronicamente na Unidade.

## **10 SERVIÇO DE APOIO TEMPORÁRIO – SAT**

Conforme o cronograma estabelecido por esta Corregedoria Regional, a Unidade Judiciária **não requereu** a atuação da equipe do Serviço de Apoio Temporário – SAT durante o período correccionado.

## **11 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE**

Conforme já observado na inspeção correcional realizada no ano de 2015, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi tem estrutura adequada à movimentação processual. O espaço físico é adequado - principalmente considerando a gradativa redução dos processos físicos - e o número de servidores é proporcional à demanda.

Quanto à movimentação processual, no ano de 2015 houve majoração de 8,76% no total de processos tramitando na Unidade Judiciária devido ao aumento no número de casos novos (acréscimo de 394 ações em relação a 2014). Esses processos, conseqüentemente, elevaram o estoque de pendentes da fase de conhecimento em índice superior ao verificado em toda a 4ª Região. O número de processos que se encontram na fase de liquidação é bastante reduzido – 20 processos.

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença no Posto Avançado de Panambi diminuiu 31,73%. O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução também diminuiu no período.

Quanto ao BNDT, a unidade observou com atenção a inclusão de devedores, não tendo sido encontrado nenhum lançamento equivocado em execuções já encerradas definitivamente.





Digno de registro o bom índice de acordos efetuados na unidade: 51,62% dos processos solucionados no ano de 2015 e 62,69% dos processos solucionados no primeiro trimestre de 2016.

Conforme informado pelo Assistente-Chefe do Posto, a divisão do trabalho entre a equipe é feita por tarefa nos processos físicos e por carteira nos eletrônicos. Nenhum servidor aderiu à greve no ano de 2015. O Assistente-Chefe relatou que a partir de janeiro de 2017 um servidor vai entrar em LTS e, por isso, requereu mais um servidor na unidade. Solicitou seja ofertado pelo Tribunal um curso de liquidação de sentença/lançamento de conta.

Questionado a respeito das dificuldades encontradas pela unidade, o Assistente-Chefe relatou que há problema recorrente de *internet* na cidade de Panambi. Relatou, também, problema junto à agência do Banco do Brasil de Panambi, a qual não remete as guias de pagamento para o Posto - a reclamada deve protocolar a guia quitada na unidade. Afirmou que quando é solicitada a transferência de numerário, via convênio BacenJud, não aparece a opção de transferência para a agência da CEF de Panambi. Apontou, ainda, que, no PJe, os Oficiais de Justiça não conseguem fazer *login* no Posto porque estão vinculados à Vara de Palmeira das Missões. Solicitou seja criado um perfil do oficial de justiça para os dois lugares.

Por fim, a Unidade merece ser parabenizada pelo empenho dos juízes em exercício na unidade e de todos os servidores para o bom andamento do trabalho. Merece destaque o tratamento acolhedor dispensado pelos servidores, demonstrando haver perfeita integração de todos na unidade.

## **12 RECOMENDAÇÕES E SUGESTÕES**

Sugere-se que o Juiz Titular entre em contato com o Gerente da Agência do Banco do Brasil de Panambi, solicitando a remessa das guias de pagamento para o Posto.

### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.

**Reitera-se que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.**

### **ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)**

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no



mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

#### **ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)**

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se, ainda, que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

### **13 DETERMINAÇÕES GERAIS**

#### **ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)**

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) observe o que dispõe o parágrafo único do artigo 53 da CPC/2015 quanto ao registro da data da devolução dos autos;
- b) objetivando a correta identificação da Vara do Trabalho inspecionada, proceda à reatuação da capa autos dos processos que tramitam na Unidade Judiciária, conforme a previsão do art. 75 da CPC/2015;
- c) atente para a determinação de consulta, por meio eletrônico ou por telefone, à Vara Deprecada quanto ao andamento de Carta Precatória sem movimentação por mais de 45 dias, conforme a previsão do art. 86, parágrafo único, da CPC/2015;
- d) observe que os andamentos do sistema informatizado devem espelhar com clareza e fidelidade os atos praticados nos autos, nos termos do art. 94 da CPC/2015;
- e) observe o que determina o artigo 95 da CPC/2015 quanto à certificação das datas de suspensão, interrupção e vencimento dos prazos, bem como a ocorrência de feriado ou ausência de expediente forense que implique na alteração na contagem;
- f) observe o procedimento para a publicação das sentenças em Secretaria, conforme a previsão do art. 97 da CPC/2015;
- g) adote o procedimento correto quanto ao termo de juntada de documentos, petições e manifestações de qualquer espécie, especificando sempre a



presença de documentos apresentados em conjunto com as petições protocoladas, conforme o disposto no art. 101, parágrafo único, da CPCR;

- h) retire, periodicamente, listagem de processos sem movimentação processual há mais de 90 dias para que se evitem situações similares àquela verificada no seguinte processo: 0010312-74.2013.5.04.0541
- i) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC de 1973 e art. 228 do CPC de 2015.

## **14 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS**

### **14.1 SECRETARIA**

#### **ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)**

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas, lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da exceção de pré-executividade apresentada pela reclamada no processo nº **0010060-37.2014.5.04.0541**.

#### **ITENS 6.3 e 6.4 (Prazo médio das audiências iniciais e de encerramento da instrução)**

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais e o lapso de 180 dias para o encerramento da instrução desde a realização da audiência inicial.

## **15 SOLICITAÇÕES PARA ÁREA ADMINISTRATIVA / JUDICIÁRIA**

Solicita-se à Seção de Capacitação que se manifeste sobre a possibilidade de ofertar um curso de *liquidação de sentença/lançamento de conta* para as unidades da região.

Solicita-se à SETIC que informe sobre a possibilidade de criação de um perfil no PJe para os Oficiais de Justiça fazerem *login* tanto no PAJT de Panambi quanto na Vara do Trabalho de Palmeira das Missões.

## **16 PRAZO PARA RESPOSTA**

**O Assistente-Chefe do Posto** deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste



Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Vice-Corregedoria (exclusivamente pelo *e-mail* vice\_cor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

## **17 PRESENCAS**

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com o Juiz Substituto Fernando Reichenbach, o Assistente-Chefe do Posto e os servidores da Unidade Judiciária, o Vice-Corregedor Regional esteve na Secretaria do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Panambi, das 15h30min às 16h30min, à disposição das partes, dos advogados, dos peritos e de quaisquer interessados para tratar de questões referentes a essa Unidade Judiciária. Compareceram no local o Presidente da Subseção da OAB, Sr. Erni Arthur Vollbrecht, e o advogado Cristiano Abreu. Relataram não haver queixas sobre a unidade e teceram elogios ao trabalho realizado pelos servidores do Posto.

## **18 ENCERRAMENTO**

Registra-se a cordialidade dispensada pelo Juiz Substituto Fernando Reichenbach, pelo Assistente-Chefe do Posto Mario Alcides Paixão Pereira e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, os quais prestaram importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por nós, Andrea Koliver e Maria Eneida Giordani, Assessora e Chefe de Gabinete da Vice-Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pelo Vice-Corregedor Regional.

**Marçal Henri Figueiredo**  
**Vice-Corregedor Regional**